

CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS
Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas

“Eu fiquei triste pensando no meu avô. Essa história aqui ó, eu quero saber quem foi o maldito que fez isso com o meu avô. Cadê a justiça com o nosso povo, vocês tão aqui para ajudar, nós somos crianças, queremos um futuro sem violência e por isso dizemos: não à PEC 215.”
– Criança indígena Macuxi, falando aos parlamentares da comitiva.

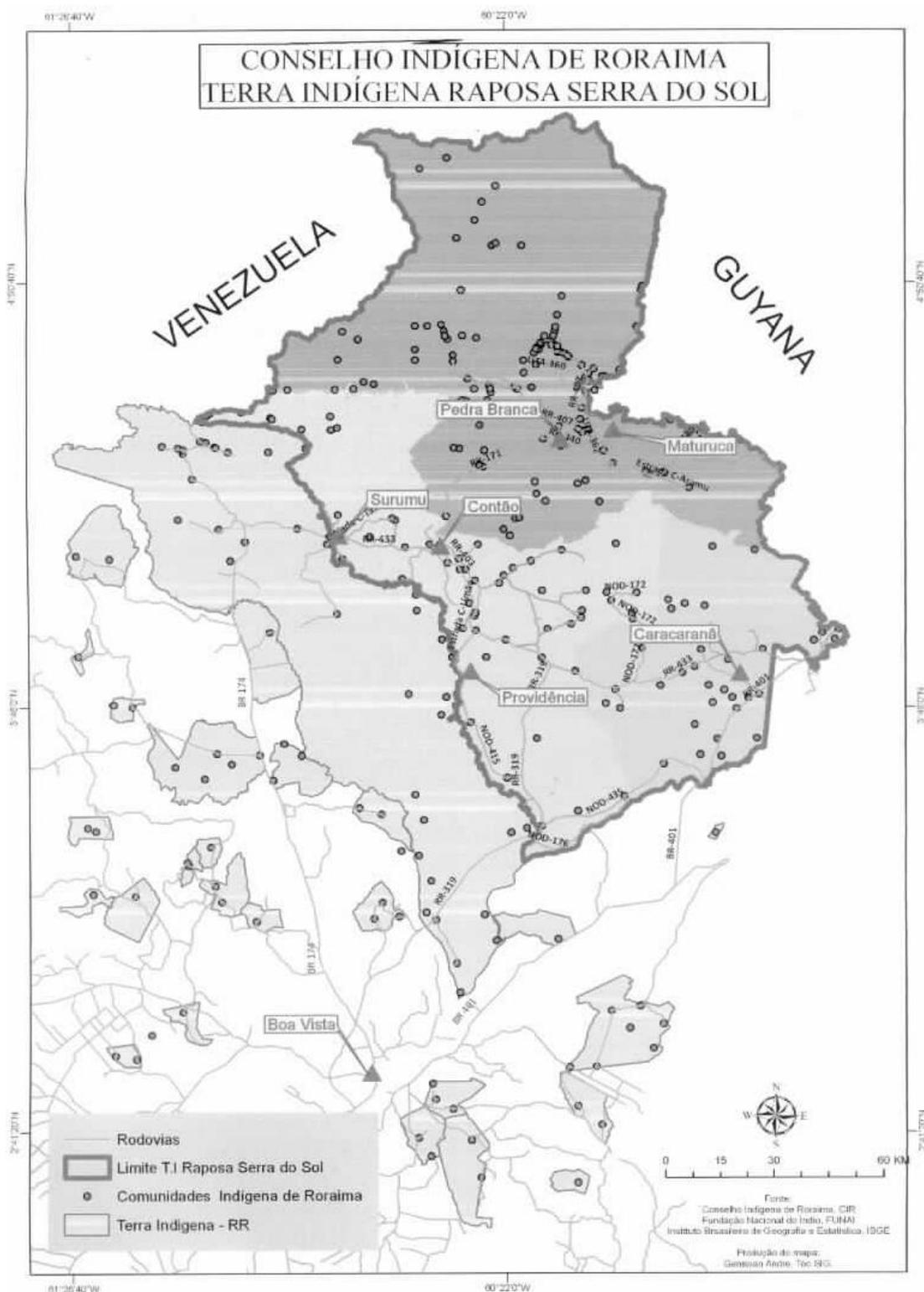
Visita à TI Raposa Serra do Sol, realizada nos dias 6, 7 e 8 de dezembro de 2013, objeto do Req. 255/13 – CMADS, de iniciativa da Dep. MARINA SANT’ANNA.

RELATÓRIO

Parlamentares:
Dep. JANETE CAPIBERIBE
Dep. RENATO SIMÕES
Dep. PADRE TON

Boa Vista/Brasília
Dezembro/2013

Apresentação



A visita dos membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CMADS e da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas à Terra Indígena Raposa Serra do Sol – TI RSS teve por objetivo averiguar as condições de vida da população indígena cinco anos após a retirada dos não índios da área.

A iniciativa atendeu a um pedido da coordenação do CIR ao Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, Dep. PADRE TON, durante as mobilizações conhecidas como “abril indígena” e reiterado em outubro, por ocasião das mobilizações em defesa da Constituição.

Participaram da delegação o Dep. PADRE TON, Dep. JANETE CAPIBERIBE, Dep. RENATO SIMÕES, Assessora Parlamentar da FUNAI, SOLANGE ALVES e o Assessor do Deputado Padre Ton, LUIZ RODRIGUES. No Estado de Roraima a delegação foi acompanhada pelo Coordenador Geral do CIR, MÁRIO NICÁCIO e pela Assessora Jurídica do CIR, JOÊNIA WAPIXANA.

As lideranças indígenas solicitaram a presença de uma comitiva formada por parlamentares aliados dos índios a fim de contrapor o discurso preconceituoso e desvinculado da realidade propagado por uma delegação de parlamentares da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia Legal – CINDRA, todos ligados à bancada ruralista do Congresso Nacional, realizada em abril deste ano.

Na ocasião, os parlamentares liderados por representantes do próprio Estado de Roraima difundiram amplamente, através de grandes veículos de comunicação, a falsa tese de que após a confirmação da homologação da TI RSS, pelo SFT e a retirada dos fazendeiros (arrozeiros) da área, os índios estariam passando fome e que, muitos deles, desempregados das fazendas de arroz, estariam vivendo da catação de lixo e da mendicância nas cidades vizinhas e na Capital, Boa Vista.

Mais do que reverter a demarcação da TI RSS, o objetivo da bancada ruralista com a visita era criar a ideia de que o reconhecimento da terra indígena foi um erro do governo federal que não deve se repetir. Ou seja, a finalidade é evitar novas demarcações de áreas reivindicadas pelos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, Kaingang, no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e pelos Pataxó, na Bahia, por exemplo.

Em uma linha paralela de argumentação, tentam passar a ideia de que estão a favor dos indígenas defendendo que eles não estão precisando de terra, mas sim de saúde, educação e segurança.

Programação

A delegação partiu de Brasília para Boa Vista às 9h40 do dia **6 de dezembro**, no voo JJ 3540 da TAM Linhas Aéreas e retornou em diferentes voos e horários do dia 8 de dezembro. Todas as despesas da viagem (passagens, hospedagem e alimentação) foram bancadas com recursos dos mandatos dos próprios parlamentares. No Estado de Roraima, porém, a FAB disponibilizou um avião, com capacidade para 9 passageiros, para apoiar o deslocamento da comitiva até as aldeias dentro da TI RSS.

Ainda no dia 6 de dezembro, a delegação se reuniu na sede do Conselho Indígena de Roraima – CIR, das 15 às 19 horas, com os coordenadores regionais da TI RSS e representantes das demais etnias do Estado de Roraima (Amajari, Murupu, Raposa, Serras, Serra da Lua, São Marcos, Yanomami, índios da cidade, Surumu, Taiano, APIRR, COPING, APITSM, HUTUKARA e OMIRR). Além dos

indígenas, também se fizeram presentes representantes da Administração Regional da Funai, do Instituto Socioambiental – ISA, Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI, Condisi, Insikiran/UFRR, entre outros.

No dia **7 de dezembro**, a comitiva partiu às 7 horas, da Base Aérea de Boa Vista em direção à região do Surumu, na comunidade do Barro¹, onde visitaram o Centro de Formação e Cultura Raposa Serra do Sol, mantido pelo Conselho Indígena de Roraima para incentivar os jovens indígenas a terem atividades profissionalizantes voltadas para projetos comunitários.

A caminho da região do Surumu, a delegação sobrevoou a aldeia Tendão de Flexa, antiga ocupação da fazenda Providência, do sr. Paulo César Quartieiro, atualmente Deputado Federal pelo DEM de Roraima, que preferiu destruir a infraestrutura da fazenda a ser indenizado e deixar os ativos para os indígenas.

Por volta das 10h30, a comitiva levantou voo em direção à localidade Pedra Branca e de lá seguiu por terra (em veículos da FUNAI) até a comunidade Maturura, na região das serras, também conhecida como “Coração da Raposa”, devido à posição geográfica do lugar, onde todos os anos ocorre uma feira de produtos, discussão sobre atividades econômicas e compra e venda de mercadorias entre as comunidade indígenas da região.

No dia **8 de dezembro**, uma parte da comitiva² formada pelo Dep. PADRE TON, SOLANGE ALVES, LUIZ RODRIGUES, Administrador da FUNAI, Sr. ANDRÉ, Coordenador Geral do CIR, Mario Nicacio e Assessora de assuntos territoriais do CIR Sineia do Vale e entre outros indígenas, partiram de Boa Vista às 5h30, por via terrestre (em veículos cedidos pelo CIR e pela FUNAI), para visitar a região Lago Caracaranã, onde os índios estão em fase de recuperação das condições ambientais e fortalecendo o convívio cultural e espiritual.

Reunião com lideranças indígenas em Boa Vista/RR

A reunião com as lideranças indígenas do Estado de Roraima foi realizada na Sede do CIR, no dia 6 de dezembro, das 15 às 19 horas, e contou com a participação de cerca de 80 lideranças dos povos MACUXI, WAPIXNA, TAUREPANG, INGARIKÓ, WAI-WAI, YANOMAMI, PATAMONA, SAPARÉ e YE´KUNAN, pertencentes às regiões do AMAJARI, BAIXO COTINGO, MURUPU, TAIANO, RAPOSA, SERRAS, SERRA DA LUA, SURUMU, MORADORES, que representam as 32 Terras Indígenas do Estado de Roraima, onde vivem cerca de 60 mil pessoas, distribuídas em 413 comunidades.

A seguir apresentamos um breve resumo das principais falas:

MÁRIO NICÁCIO, Coordenador Geral do CIR, fez a abertura oficial dos trabalhos, acolheu os participantes, agradeceu a presença dos parlamentares e esclareceu a

¹ O nome vem da tradição dos moradores com trabalhos em cerâmica, onde produziam telhas, tijolos e panelas de barro que eram comercializados na cidade de Boa Vista.

² Originalmente esta atividade estava programada para o dia 7, no entanto, foi transferida para o dia 8 devido à falta de tempo, razão pela qual alguns integrantes da delegação não puderam participar.

programação da atividade, passando a palavra, em seguida, para os participantes da Mesa.

Dep. PADRE TON – agradeceu pelo convite feito por lideranças do CIR em abril e reiterado em novembro quando estiveram participando de atividades do movimento indígena em Brasília; informou que a visita dos parlamentares ao Estado é uma resposta a esse pedido, cujo requerimento foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, em parceria com a Frente Parlamentar e Defesa dos Povos Indígenas, a qual é o Presidente; registrou que no Parlamento brasileiro não tem representação indígena e que isso significa uma grande dívida da sociedade para com os povos nativos; os índios são representados por alguns poucos parlamentares, como os que se encontram presentes na Mesa e alguns outros; que a representação no Congresso Nacional é fortemente influenciada pelo poder econômico, através do financiamento privado das campanhas eleitorais; disse que o papel da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas é vigiar e denunciar as tentativas repetidas de redução dos direitos indígenas.

Dep. JANETE CAPIBERIBE – se apresentou, agradeceu aos coordenadores do CIR pelo convite e disse que veio para ouvir os índios e ver como estão vivendo, principalmente na TI Raposa Serra do Sol após a homologação em 2008; encerrou sua saudação inicial dizendo que após as falas das lideranças retomará a palavra para novas considerações.

Dep. RENATO SIMÕES – se apresentou, informou que é deputado recém-empossado, tendo assumido a vaga deixada pelo ex-Dep. JOSÉ GENUÍNO; disse que é sua primeira visita fora do seu Estado como deputado federal e está muito satisfeito que tenha sido em Roraima e na TI Raposa Serra do Sol, pois seu primeiro discurso na Tribuna da Câmara foi justamente em defesa da demarcação desta terra indígena ante o feito por deputados da bancada ruralista.

Em seguida a palavra foi franqueada para os demais membros da Mesa (SOLANGE ALVES e ANDRÉ VASCONCELOS, representantes da FUNAI nacional e local respectivamente, ANTÔNIO ONEILDO, representante da OAB/RR, VÂNIA, Assessora da Sen. ÂNGELA PORTELA, o representante local do ISA) para uma breve saudação inicial, ficando-lhes assegurada a palavra no momento posterior para um novo momento de fala.

MÁRIO NICÁCIO, Coordenador Geral do CIR – informou que há 32 terras indígenas homologadas e registradas em Roraima; que em 22 dessas as comunidades estão pedindo ampliação para corrigir erros da demarcação; que a falta de infraestrutura e custeio para a educação nas aldeias se constituem em alguns dos principais problemas dos indígenas no Estado; que os índios não estão “morrendo de fome” e também “não estão precisando “catar lixo para sobreviver”, como foi alardeado pelos deputados da Comissão da Amazônia quando estiveram em visita ao Estado; que o CIR, juntamente com diversos parceiros, está desenvolvendo um projeto de gestão territorial nas terras indígenas; que tem projetos na área de produção (milho, carne bovina extensiva, água e arroz) esclareceu que o papel do CIR é fazer a articulação dos povos indígenas com os parceiros para viabilizar seus projetos; lamenta que as 19 condicionantes tenham sido mantidas pelo STF, entende que elas se constituem

em um desafio a mais para o movimento indígena de Roraima; denunciou que ocorreram 23 assassinatos de lideranças indígenas no Estado, nos últimos anos; denunciou que as escolas e estradas existentes nas aldeias foram construídas pela própria comunidade com a ajuda de parceiros, em especial da Igreja Católica; que dentre os órgãos federais, a FUNAI e a SESAI são as únicas presenças que ainda mantem dialogo com índios; informa que na região ainda tem vários grupos indígenas isolados; cobrou a presença da presidente da FUNAI para conhecer a TI Raposa Serra do Sol; enfatizou que são contra a PEC 215/00, a instituição de nova portaria alterando o rito das demarcações, a Portaria 303, o PL da mineração e outras medidas legislativas contrárias aos povos indígenas; espera que o diálogo possa acontecer e que as mentiras veiculadas na imprensa contra os índios sejam desfeitas.

ABEL LUCENA (MACUXI) – fez uma exposição, usando um *data show*, sobre a realidade de cada uma das regiões e os projetos que estão sendo executados na TI Raposa Serra do Sol, cujos *slides* estão anexados neste relatório.

Na sequência, coordenadores regionais (Serra da Lua, Taiano, Murupu, Amajari, Raposa, Baixo Cotingo, Surumu, Serra, Wai-Wai, São Marcos e Yanomami) fizeram falas reforçando os pontos levantados pelo Coordenador Geral e enfatizando pontos específicos das regiões de suas responsabilidades. Os principais pontos estão listados abaixo:

- a visita dos parlamentares aliados deve servir para desmentir a outra comitiva que esteve na região para falar mal dos índios; assegurar que os índios não estão vivendo de lixões; pagamos nossas passagens para vir à cidade com o nosso dinheiro; não criamos apenas gado, também temos peixe e outros produtos que utilizamos para a alimentação e venda nos comércios locais; semanalmente são vendidos 23 animais (bovinos) para o abate somente para o Município de Normandia; que as terras indígenas são responsáveis por cerca de 60% do rebanho bovino do Estado e serve de berçário para os demais criadores, que se concentram na engorda.

- defende que TI Serra da Lua precisa ser ampliada, uma vez que a demarcação concluída em 2005 foi em ilhas; precisamos de mais terra para viver com dignidade.

- quem disser que os índios de Roraima estão passando fome está mentindo; Roraima é uma terra boa para se viver; cobrou apoio dos governos (federal, estadual e municipais) para desenvolver projetos nas áreas de saúde, cultura, educação, infraestrutura (energia, estradas, escolas), produção e outros.

- DÁRIO, representante do povo Yanomami - agradeceu o CIR pelo convite para participar do evento; informa que sua etnia é composta por 21.500 indivíduos, todos morando em comunidades na terra indígena, que foi homologada em 1995, há quase 20 anos; disse que a primeira vez que vê representantes de Brasília (parlamentares) dispostos a ouvir os índios; temos muitos problemas, o principal deles é a invasão de garimpeiros, que as autoridades de Brasília têm conhecimento, mas não tomam providência; pede ao Dep. PADRE TON que articule seus colegas para ajudar o povo Yanomami; queria falar muito com a

presidenta da FUNAI, não queria falar com representante; Roraima é um Estado anti-indígena, as portas são fechadas, não tem como falar com as autoridades.

- TI Ingariko – eu falo pouco português; tenho 80 cabeças de gado e 100 de galinhas; comenta que a TI Raposa Serra do Sol foi demarcada para que os índios possam viver com dignidade; sua região tem problema de alagação no período das chuvas, causando a perda da produção; que tem problema com a presença de igrejas.

- TI São Marcos – lamentou que os parlamentares da Comissão da Amazônia vieram depreciar a imagem dos povos indígenas, não têm compromisso com o Estado; disse que lá ninguém está passando fome; os índios que por ventura estejam em lixões é porque foram trazidos pelos próprios arroteiros interessados justamente em tomar-lhes as terras; precisamos de oportunidade para fortalecer a nossa agricultura familiar; o Município de Pacaraima foi constituído depois da demarcação da terra São Marcos; considera isso uma ilegalidade; diz que lá sim tem lixão e tem poluição que afeta a qualidade de vida da população indígena; falta de segurança, vigilância e banditismo; os criminosos usam as comunidades indígenas para se refugiarem, venda de droga para os nossos jovens; pedimos que sejam tomadas providências sérias a respeito; somos contra os projetos de leis e de emendas constitucionais contrários aos indígenas.

- A população indígena está esquecida pelos políticos; temos tudo: terra, mata, águas, mas precisamos de apoio, não podemos ficar para trás; o índio quer saúde e educação de qualidade, estrada asfaltada; o índio precisa ser respeitado; não temos representação na Assembleia Legislativa ou nas Câmaras de Vereadores para nos defender; tem Luz Para Todos, só não tem para o índio; tem alguns motores de luz, mas não tem para o índio; a terra está demarcada, então as pontes podem cair, as estradas estão esburacadas, abandonadas; precisa de projetos para ajudar os índios; eles querem ver os índios pedindo.

- Tá na hora da Câmara dos Deputados ter uma posição favorável aos povos indígenas; tá na hora de ter uma política para os índios que vivem nas cidades; precisamos de escolas e cursos de nível superior e pós-graduação.

- Representante dos professores indígenas – parabeniza a comitiva de parlamentares; os anti-indígenas dizem que vocês (os parlamentares) são poucos porque apoiam as comunidades indígenas; denuncia especialmente o Dep. MÁRCIO JUNQUEIRA, que anunciou que teria disponibilizado uma aeronave para deixar merenda nas aldeias, o que considera mentira, não existe este apoio; está lutando pelo sistema próprio de educação indígena, que respeite as especificidades dos indígenas; o Mais Educação não foi pensado para os índios; temos uma grande diversidade entre os povos indígenas; os alunos perdem uma parte do curso por falta de recursos para deslocamento.

- Representante das mulheres indígenas - solicita apoio para projetos de produção conduzidos por mulheres nas aldeias; pede fortalecimento e autonomia visando a sustentabilidade; nós queremos nosso protagonismo; somos mulheres, somos índias, mas não somos bicho.

- 65% das escolas estaduais em Roraima são indígenas; de 80 mil alunos 13 mil são indígenas; os professores estão em processo de formação; questiona como tratar da especificidade; como garantir isso? Como tratar isso dentro do sistema educacional; o nosso querer tem que saber como; o Estado de Roraima é mesmo um estado anti-indígena; a demarcação da Raposa deixou uma ferida que ainda não foi cicatrizada; temos a garantia do transporte escolar, mas as estradas não prestam, tem gente (empresas de transporte) ganhando nas costas dos índios sem prestar os serviços adequados; precisamos entender como funciona o sistema, o orçamento; pede ajuda para melhorar o setor.

- MARIA JOSÉ- SESAI – diz que está representando a coordenadora que está em Brasília, participando da Conferência Nacional de Saúde Indígena; que a saúde indígena melhorou muito, estimado em 50%; temos 56 enfermeiros trabalhando dentro das aldeias; estamos com a equipe quase completa; a dificuldade é de falta de profissional médico, que não se dispõe trabalhar pelo salário oferecido; dificuldade de transporte, ambulância; o transporte é feito em caminhonetes; não conseguimos agrandar por inteiro mas estamos evoluindo; o coeficiente de mortalidade evoluiu de 26,6/1.000 para 18,6/1.000; a evolução superou as expectativas.

ISA – diz que mais de 600 alunos já se formaram pela Universidade Federal de Roraima nos cursos de licenciatura, gestão territorial, e gestão de saúde indígena; que tem vagas específicas para indígenas com vestibular diferenciado; o desafio é como manter os alunos na universidade, principalmente os de comunidades, uma vez que a FUNAI não tem mais a responsabilidade de conceder bolsas para os alunos e o MEC ainda não assumiu; não tem recursos para deslocamento e permanência na universidade; queremos recursos próprios para a educação superior indígena.

SANDRA - Reitora do IFRR – que a educação é uma situação complicada no Estado de Roraima; que o Instituto lançou edital específico para selecionar jovens das terras indígenas Raposa Serra do Sol e da região Ingarikó, baseado na aprendizagem comunitária em novos saberes; o trabalho é muito bonito, mas os recursos não são permanentes; os recursos vão acabar e pergunta como garantir a continuidade do percurso formativo; reforça a necessidade de dar continuidade ao programa.

ANDRÉ – Administrador da FUNAI de Roraima – lamentou a ausência dos parlamentares do Estado de Roraima, que ao contrário estão sempre criticando e detonando as ações dos aliados e amigos dos indígenas; afirma que o Estado é dependente de recursos federais, mesmo assim os políticos estão sempre contra o Governo Federal; diz que o órgão está trabalhando com gestão territorial das terras indígenas; temos também a preocupação com a segurança alimentar; os índios são os maiores criadores de gado, possuem cerca de 60 mil cabeças de animais; diz que pelo PAA já foram comprados cerca de R\$ 1,5 milhões de reais em alimentos comprados diretamente das comunidades indígenas; expressa o sentimento de que o Estado não está a favor do índio.

Representante da Diocese de Roraima – revela que nos 50 anos em que trabalha nas comunidades indígenas nunca converteu nenhum indígena, pelo contrário, se sente convertido; informa que o racismo era forte na região contra os índios,

ninguém queria ser identificado como índio; apesar dos avanços, os políticos continuam sendo todos anti-índigenas; diz que existem aldeias perto de Boa Vista que não têm mais lugar para os indígenas, não tem palha (para construção de moradias tradicionais), não tem recursos; denuncia que na TI Yanomami há centenas de invasores que causam envenenamento das águas e destruição da floresta e que o governo faz pouco para coibir a prática ilegal; parabeniza os parlamentares que integram a comitiva, mas não estende o reconhecimento aos partidos que eles são vinculados; diz não conseguir entender o atual Governo Federal, que se diz de esquerda e democrático, mas promove ações de enfraquecimento das minorias; espera que os parlamentares tenham condições de rebaterem as calúnias disseminadas por outros representantes, principalmente pelos políticos de Roraima.

Representante do ISA – diz que o instituto trabalha com os índios da Raposa Serra do Sol, mas é parceiro dos Yanomami há mais tempo, e que a CIR é mais recente ainda; “nunca antes na história desse país” o Congresso tentou tanto mudar as leis para avançar sobre os direitos indígenas; que os índios lutaram muito pela demarcação de suas terras, agora é a hora de realizar os projetos, entre eles, o plano de gestão territorial e projetos de energia eólica; propõe que antes de pensar em coisas mirabolantes os governos devem ver o que os índios estão pensando; Diz que o ISA está desenvolvendo uma pesquisa sobre o potencial de geração de energia elétrica com a força dos ventos dentro da TI Raposa Serra do Sol, onde mantém um laboratório climático com essa finalidade.

DR. ANTONIO ONEILDO – da OAB/RR – diz que a vida dos indígenas nas terras indígenas é melhor que fora dela; que isso pode ser visto na TI Raposa Serra do Sol, onde os índios vivem bem melhor agora que antes da homologação; é fato que há uma melhora na vida dos indígenas; no entanto, diz que onde estão os indígenas não tem melhorias do Estado, onde estão os brancos tem estradas asfaltadas, para os índios não tem nada; o Luz para Todos é um exemplo; afirma que o IDH é equivocado, foi desenvolvido para as populações urbanas, os anti-índigenas usam os resultados do IDH para depreciar os povos indígenas; defende que é preciso formatar uma metodologia própria para retratar populações indígenas; em relação às PECs que estão tramitando no Congresso, coloca a Ordem a disposição para construir pareceres jurídicos a fim de qualificar a intervenção e a resistência.

JOÊNIA – diz que 46% das terras do Estado de Roraima são reconhecidas oficialmente como terras indígenas, são 32 unidades; mas muitas terras foram demarcadas sem levar em conta a Constituição Federal, precisamos corrigir isso agora com a ampliação de algumas delas; precisamos de apoio para criar e implantar os nossos planos de gestão territorial ambiental; a Funai é o órgão mais sucateado do País, no entanto é responsável pela gestão de todas as terras indígenas; reclama das demarcações feitas em ilha, que se converteram em um grande desafio para o movimento indígena.

Dep. JANETE CAPIBERIBE – diz que as informações passadas pelas lideranças do CIR serão de grande utilidade para rebater as calúnias dos outros deputados, inclusive daqui, que são ruralistas; que como deputada pretende fazer discursos na Tribuna da Câmara para repercutir os resultados da visita; sugere que os demais Deputados façam o mesmo; compartilha com os indígenas o sentimento

de cansaço de ver os parlamentares de Roraima atacarem os índios; esclarece que devido ao tempo pode falar de tudo na Tribuna, mas que vai falar da criação de gado pelos indígenas; lamenta que o ano está acabando, mas, propõe a retomada dessa agenda no começo de 2014; acredita que a visita vai reforçar, vai alimentar os parlamentares para continuarem a luta na defesa dos povos indígenas; diz que as estruturas que têm na Câmara dos Deputados não são permanentes para fazer a defesa dos povos indígenas; afirma que é contra a PEC 215/00 e todas as outras proposições que atacam os direitos indígenas; diz que, assim como em Roraima, no Mato Grosso do Sul também não tem nenhum parlamentar que defenda os povos indígenas, pelo contrário, insistem na eliminação física dos indígenas; mencionou o caso da criança Guarani Kaiowá, assassinada por um fazendeiro, porque tentava pescar na área reivindicada pelo povo indígena como terra tradicionalmente ocupada por eles; o mais chocante foi que após o assassinato o fazendeiro conseguiu uma decisão judicial favorável à exumação e despejo do cadáver, que tinha sido sepultado na área onde fora assassinado, considerada sagrada pelos indígenas; elogiou as mobilizações indígenas que, em abril, culminou com ocupação do Plenário Ulysses Guimarães, forçando a criação do Grupo de Trabalho encarregado de discutir a questão das terras indígenas, uma possibilidade de debater paritariamente os problemas das terras indígenas; comentou o vazamento da minuta de portaria do Ministério da Justiça que pretende alterar o rito das demarcações e elogiou a manifestação dos indígenas por meio de nota pública rejeitando a mesma; entende que a intenção do Governo, ao pretender editar a portaria, é atender as exigências da bancada ruralista no Congresso Nacional; comenta que sua filha, antropóloga, está elaborando um estudo que poderá servir de base para enfrentar o discurso anti-indígena e entrega para o CIR um quadro das principais matérias que tramitam no Congresso Nacional e que afetam a população indígena (ver anexo VII); defendeu o envio de profissionais do Programa Mais Médicos para atuarem nas aldeias indígenas.

Dep. RENATO SIMÕES – diz que o objetivo da visita ao Estado de Roraima e, particularmente, à TI Raposa Serra do Sol, é ouvir, ver e depois agir; os depoimentos e materiais recolhidos servirão de matéria prima para fazer política em favor dos índios; afirma que a demarcação da TI Raposa Serra do Sol foi a maior conquista do movimento indígena do Brasil nos últimos anos; analisa que os ataques à imagem dos índios da TI RSS têm o propósito estratégico de enfraquecer a luta dos indígenas e assim impedir novas demarcações em Estados como o Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Bahia, por exemplo; diz que como Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo, liderou um processo de consulta e construção de política envolvendo os indígenas que resultou num plano de ação para as comunidades; avalia que a batalha contra os grandes projetos que orientam a estratégia dos ruralistas; diz que no Congresso tem uma minoria de direita puxando de um lado e uma minoria de esquerda puxando de outro e uma maioria achando que o assunto não é com eles; por isso, avalia que é importante mobilizar a sociedade para assumir questão indígena; temos que agir, estamos aqui para ajudar, somar e contribuir com a parte que cabe aos parlamentares sob a liderança do Dep. PADRE TON.

SOLANGE ALVES – Assessora Parlamentar da FUNAI – informa que a Presidenta da órgão que representa, MARIA AUGUSTA (GUTA), pediu para reiterar a luta

dos povos indígenas, uma vez que as forças contrárias estão muito fortes; diz que tem uma possibilidade de uma agenda na semana seguinte em que a Presidenta participará no Estado; afirma que a mesma não foi junto com os parlamentares porque foi aconselhada a permanecer em Brasília por causa das mobilizações indígenas e a reunião da Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI programada para a semana seguinte; cita também a questão da saúde indígenas em debate na conferência que se encontra em andamento, razão pela qual algumas lideranças indígenas se encontram em Brasília, no momento; avalia que o movimento tem que se manter coeso e em luta para fazer frente aos ataques que os índios estão sofrendo; incentiva a articulação dos indígenas através do voto, elegendo seus próprios representantes.

Dep. PADRE TON – informa que os parlamentares ali presentes vieram em nome da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados; que cada um bancou suas despesas com recursos do próprio mandato, mesmo com os preços das passagens elevados; disse que a Comissão solicitou apoio da Força Aérea Brasileira – FAB para o transporte aéreo desde Brasília mas foi negado por falta de orçamento; que após um apelo dele junto ao comando da FAB, esta concordou em liberar um avião com capacidade para 9 passageiros para o transporte da delegação nos trechos internos no Estado de Roraima; agradeceu aos outros parlamentares pelo esforço de participar da missão; diz que não foi ao Estado falar mal de outros parlamentares, mas para falar bem dos índios; ficamos desconfiados do que a imprensa falou sobre os índios de Roraima; analisou que a atual composição do Congresso Nacional é mais conservadora que a Constituinte de 88; avalia que se fosse hoje o capítulo indígena não seria aprovado; diz que a bancada ruralista está crescendo e conquistando novos aliados, como a bancada evangélica por exemplo que se junta com os ruralistas contra os índios e os negros e outras minorias; defende a busca de formas políticas para mudar a correlação de forças na sociedade e, conseqüentemente, na representação parlamentar em todos os níveis; diz que todo o material apresentado será consolidado para produzir argumentos em favor dos índios; lembra que o Estatuto das Sociedades Indígenas está paralisado na Câmara dos Deputados a espera de votação há mais de 20 anos; comenta que foi protocolada uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), de número 320/13, que visa criar quatro cadeiras para indígenas na Câmara dos Deputados, não sob o manto das cotas, mas a partir do conceito de território, o que possibilitaria um tratamento diferenciado das terras indígenas no sistema eleitoral, onde os eleitores indígenas poderiam votar em candidatos indígenas; diz que não adianta ter hidrelétricas se as populações que vivem próximo desses empreendimentos não têm acesso a energia elétrica de qualidade; registra que o Poder Judiciário é conservador, lembra o caso do Ministro da Suprema Corte, GILMAR MENDES, que é um grande proprietário de terra no Estado do Mato Grosso; alerta que o conservadorismo não é um mal apenas de Roraima e sim do Brasil; recomenda aos jovens indígenas que aproveitem as cotas para entrar nas universidades e depois ocupar os espaços nos concursos públicos, só assim essa realidade pode ser mudada; diz que a visita é importante para ver os gargalos e poder encaminhar soluções; lamenta que ainda exista discriminação no acesso às políticas públicas, tais como Minha Casa Minha Vida; lamenta que em Rondônia os índios não conseguem firmar parceria com a Caixa Econômica Federal para a construção de habitações por falta da Declaração de Aptidão ao Produtor (DAP);

lembra que não existe uma política de produção para os indígenas, falta assistência técnica etc.

Visita à Região Surumu, Comunidade Barro



A comunidade Barro, localizada na região Surumu, onde vivem cerca de 500 indígenas, foi a primeira a ser visitada pela delegação. Além de passar brevemente em visita aos alunos da Escola Estadual Indígena Padre José de Anchieta, a delegação conheceu o Centro Indígena de Formação Cultural Raposa Serra do Sol, mantido pelo CIR com a ajuda de parcerias, principalmente a Diocese de Roraima.

O Centro está instalado nas ruínas de um internato, fundado em 1948, voltado para alunos indígenas, órfãos e crianças carentes da Região Surumu. Recentemente, fazendeiros em represália a homologação da TI RSS atearam fogo no prédio do antigo internato e na capela da comunidade, destruindo parte de suas instalações.

Atualmente o Centro, que emprega a pedagogia da alternância, forma jovens indígenas nos cursos de técnico em agropecuária e gestão territorial. Planeja, esperando a implantação no próximo ano também, o curso de gestão em saúde indígena.

Como parte das atividades educacionais os alunos mantêm experimentos no local de criação de frango (caipira e caipirão), suíno e caprino, que além de cumprir a função pedagógica, contribui para disseminar nas comunidades

práticas de manejo de pequenos animais para o sustento dos indígenas e comercialização do excedente.

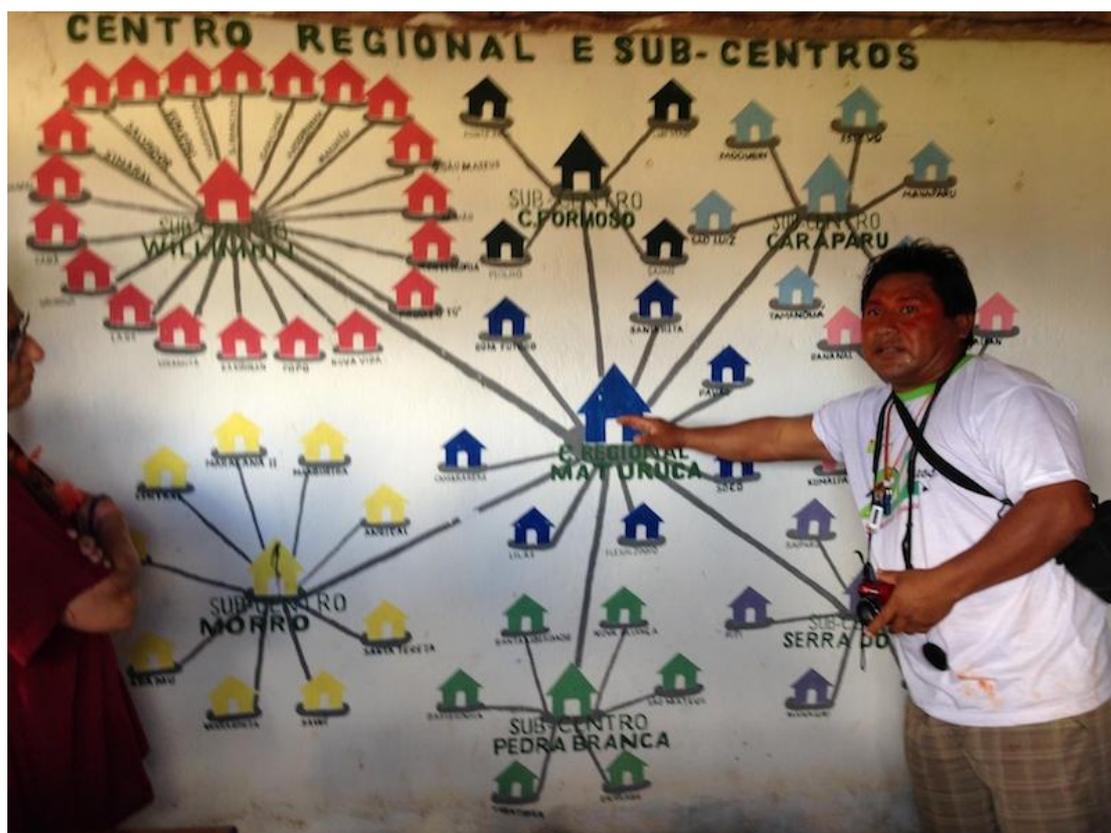
No local também existe um viveiro para a produção de mudas de espécies nativas do lavrado, frutíferas e pimentas, que estão sendo utilizadas para a recuperação ambiental das áreas destruídas pelos invasores com a cultura de arroz com uso intensivo de insumos químicos.

Para garantir a produção de adubo e defensivos orgânicos, os alunos mantêm uma unidade de compostagem e um bioextrator de essências vegetais. O experimento, além de contribuir na aprendizagem dos alunos fornece insumos naturais para a produção de hortaliças.

Os alunos também estão desenvolvendo experimento em sistemas agroflorestais, a partir do consórcio de espécies madeiráveis, frutíferas a leguminosas.

O Centro Indígena de Formação Cultural Raposa Serra do Sol é a prova viva da resistência daquele povo, na conquista da terra e na recuperação gradativa do ecossistema degradado que, aos poucos, readquire a capacidade de gerar os serviços ambientais originais.

Visita à Região das Serras, Centro Regional Maturuca





O Centro Regional Maturuca está situado na porção Nordeste da TI Raposa Serra do Sol e sedia anualmente a feira e apresentação de produtos indígenas. A visita dos parlamentares coincidiu com o encerramento da Assembleia Ordinária de Tuxauas, realizada no período de 02 a 05 de dezembro e o início da feira.

A delegação foi recebida por cerca de 2 mil pessoas, na maioria do povo Macuxi, incluindo crianças, jovens e adultos, que exibiram uma cerimônia de acolhida digna de chefe de Estado. A delegação foi recebida cerca de 200 metros distante do centro, conhecido como coração da Raposa, com um corredor humano formado inicialmente por adolescentes, portando vestimentas típicas, dançando e cantando cantos na língua Macuxi. Na medida que a delegação avançava em direção ao centro da aldeia, a estatura das crianças que formavam o corredor humano ia diminuindo até chegar no final crianças de cinco ou seis anos repletos de alegria e esperança nos olhos.

Durante as cerca de cinco horas que permaneceu no local, a delegação foi escoltada pelo corredor de jovens e crianças de rostos pintados, cantando e dançando sem parar. Até mesmo durante o almoço, a refeição foi servida em uma longa mesa de madeira, fabricada na marcenaria da própria comunidade, rodeada por cerca de cinquenta jovens cantando, dançando e girando em sentido horário. A cerimônia de acolhida foi organizada pelo grupo de professores como parte da formação dos alunos em arte e cultura do povo Macuxi. Segundo o representante da FUNAI, a recepção só não foi maior que a oferecida ao ex-Presidente Lula, em 2005, quando esteve no local para anunciar o decreto de homologação da TI Raposa Serra do Sol.

Na refeição os índios ofereceram aos parlamentares um cardápio variado, composto de arroz (produzido e pilado pela comunidade), farinha de puba,

paçoca de carne seca, três tipos de peixe (assado, cozido e à damorida – ao tucupi com pimenta), três tipos de carne bovina (fresca assada, ao molho e carne de sol/seca), banana maçã/prata e beiju de mandioca. Para beber, suco de laranja, acerola, água e caxiri (bebida típica do povo Macuxi feita a base de macaxeira e batata doce fermentada, com um leve teor alcoólico).

A fartura de alimentos oferecidos aos parlamentares é parte da estratégia dos índios de contrapor as calúnias difundidas pelos deputados da Comissão da Amazônia de que os índios estariam passando fome e, muitos deles, estariam vivendo da coleta de restos de alimentos deteriorados nos lixões das cidades próximas das aldeias. Outra demonstração de abundância feita pelos índios foram os assentos oferecidos à delegação formados por sacas de arroz empilhadas, compondo um grande banco contínuo, onde cada um sentou-se sobre uma saca de arroz.

O principal produto da TI Raposa Serra do Sol, independente da região ou etnia, é o gado bovino. O rebanho, que atualmente chega a cerca de 60 mil cabeças, foi formado a partir de um projeto apoiado pela Diocese de Roraima. A criação é usada para o consumo, uma vez que a caça foi praticamente exterminada pelos anos de invasão dos fazendeiros, e venda nos comércios locais. Além do gado, a comunidade produz arroz, farinha, cria peixe e pequenos animais, como galinha, porco, cabrito, entre outros.

O resultado da produção estava exposto na feira de produtos indígenas, onde tinha arroz, carne de sol/seca, banana, mandioca, cará, beiju, milho verde, abóboras, medicamentos tradicionais, laranja, cana, pimenta, melancia, açaí, artesanatos (colares, brincos, pulseiras etc.), peças em cerâmica, bordados e confecções da Associação das Mulheres Indígenas Costureiras.

Mas, a visita não foi apenas de festas e mimos. Passado o almoço, teve início a fase das visitas e reivindicações da comunidade. Em uma voz praticamente uníssona, as lideranças repetiam que a partir da homologação as condições de vida nas aldeias melhoraram muito, passaram a ter mais sossego, mais produção e a retomada da cultura. Mas, nos itens que dependem diretamente do poder público praticamente não houve avanço. As estradas que cortam a área, que antes eram conservadas para servir aos fazendeiros, depois da demarcação foram abandonadas. As escolas e os postos de saúde existentes foram construídos pela própria comunidade com a ajuda de parceiros. No campo da produção, o problema se repete, os índios não têm acesso a assistência técnica e tampouco a linhas de financiamento, mesmo assim conseguem ser autossuficientes em alimento e ainda fornecem para o Programa de Aquisição de Alimento – PAA, por meio de convênios firmados diretamente com a Conab.

A única escola estadual existente na comunidade está desativada devido ao risco de desabamento e o excesso de fezes de morcego. As aulas são ministradas em edificações improvisadas construídas pela comunidade. O mesmo ocorre com a saúde, há uma enfermaria premoldada doada pela Diocese de Roraima, mas não tem equipamentos e remédios para atender a demanda. Em um discurso emocionado, o chefe dos enfermeiros criticou duramente os governos pela falta de apoio à saúde nas aldeias. Há também um laboratório que funciona em uma

pequena sala improvisada onde um laboratorista indígena faz exame de diversas patologias, mas está longe de atender à demanda da comunidade.

Os deputados conheceram a marcenaria da comunidade onde também os índios fabricam os móveis utilizados na escola, na igreja, na oficina de corte e costura, além de bancos e mesas usados nas malocas.

Visita à Região Lago Caracaranã



A visita à Comunidade Lago Caracaranã foi realizada no dia 8, pela manhã. Infelizmente, devido aos horários dos voos, os Deputados RENATO SIMÕES e JANETE CAPIBERIBE não puderam participar. A delegação foi representada pelo Dep. PADRE TON, SOLANGE ALVES e ANDRÉ, ambos da FUNAI. O grupo foi recebido como nos outros lugares, por um coral de jovens e crianças.

A Comunidade está localizada no sudeste da terra indígenas, próximo da fronteira com a República das Guianas, cujo acesso é feito através da BR 401. O local se distingue de outras regiões pela forte presença de fazendas estruturadas antes da desintrusão. As benfeitorias indenizadas pela FUNAI são a principal causa de discórdia entre indígenas que tendem a assumir para si o modo de vida e de produção dos invasores a partir da apropriação da infraestrutura remanescente da fazenda. Os conflitos também ocorrem devido ao cercamento de pastagens e tentativas de alguns indígenas de proibir a circulação de outros membros das comunidades dentro dos limites que considera ser sua propriedade individual.

Um dos principais pontos debatidos durante a reunião dos tuxauas com a representação, foi o caso de um filho de fazendeiro indenizado pelas benfeitorias do pai, que adquiriu titularidade de indígena, elegeu-se tuxaua em uma comunidade vizinha e se recusa a sair da área. O caso está na justiça a espera de uma decisão final.

Apesar desses problemas, cuja solução está em grande medida no fortalecimento da organização para que os próprios indígenas possam estabelecer e fazer cumprir suas regras de convivência, a comunidade está produzindo mandioca, abóbora, cana, milho, feijão, pimenta e melancia. Aliás, essa comunidade é a maior produtora de melancia do Estado de Roraima, além de serem criadores de aves, bovinos, equinos, ovinos, caprinos e piscicultura.

Assim como nas outras aldeias visitadas, os tuxauas rebateram com veemência a calúnia de que estariam passando fome exibindo uma feira de produtos indígenas variados. Ao contrário do que foi propagado pelos deputados da Comissão da Amazônia, se orgulham da criação de gado que mantêm e da produção de melancia, que na última safra chegou a 60 toneladas da fruta.

Conclusões

- Pelo que se pode ver na visita, ficou evidente que a partir da desintrusão da TI Raposa Serra do Sol os povos indígenas estão vivendo melhor, voltando a produzir alimentos, retomando elementos essenciais das suas culturas e promovendo a recuperação ambiental do ecossistema lavrado, que durante o período de exploração agrícola promovido pelos invasores, intensiva em insumos químicos, foi fortemente castigado.
- Pode-se afirmar, sem medo de errar, que as denúncias propagadas pelos parlamentares que visitaram a região em abril deste ano, são totalmente falsas e caluniosas, refletindo, tão somente, a estratégia da bancada ruralista de depreciar a imagem dos índios e das entidades que os apoiam para, com isso, tentar evitar a demarcação de outras terras indígenas, tais como as do povo Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, Kaingang, na Região Sul e dos Pataxó, na Bahia, entre outras.
- Por outro lado, ficou evidente também que após a desintrusão dos invasores, o Governo do Estado de Roraima, que chegou a decretar luto oficial por causa da retirada dos fazendeiros, abandonou completamente a região e os indígenas, como se estes não fossem cidadãos sujeitos de direitos, recusando-se a conservar as estradas, por exemplo, como punição pela vitória conquistada pelos índios.
- Em que pese a União ter sido promotora da homologação e, conseqüentemente, da retirada dos não índios da área, não se pode negar que esta esfera de poder também tem uma dívida histórica com aquela população. Exemplo disso, é o programa Luz Para Todos que não chegou na maioria das aldeias, pelo contrário, as linhas de transmissão que já existiam antes da desintrusão estão abandonadas à mercê de bandidos, que tiram os fios para vender como sucata.
- Há na região um ambiente propício para uma ação integrada do poder público no sentido de implementar um plano de desenvolvimento sociocultural e econômico, a partir da gestão integrada do território, uma vez que os indígenas recuperaram a confiança no próprio futuro a partir da desintrusão. Há uma juventude numerosa disposta a continuar o legado dos

tuxauas mais velhos, bastando para isso um pouco de apoio do poder público.

- Os povos indígenas que habitam a TI Raposa Serra do Sol se posicionaram veementemente contra as PECs 215/00 e 038/99, os PLPs 227/12 e 260/90, e o PL 1610/96. Da mesma forma, se manifestaram a favor do PL 2057/91 e 3571/08.

Encaminhamentos

- Encaminhar o presente relatório às autoridades abaixo relacionadas, incluindo em anexo os documentos e projetos entregues pelas comunidades visitadas, a fim de que tomem conhecimento e adotem medidas para encaminhar as demandas apresentadas:
 - Ministro da Justiça
 - Presidenta da Fundação Nacional do Índio – FUNAI
 - Coordenadora da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão de Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal
 - Governador do Estado de Roraima
 - Presidente da Assembleia legislativa do Estado de Roraima
 - Ministro de Minas e Energia
 - Entre outros.
- Após o envio do relatório, marcar audiência com essas mesmas autoridades a fim de discutir possíveis encaminhamentos para os problemas apontados pela comunidades.
- Organizar entrevista coletiva com órgão de imprensa a fim de divulgar as conclusões deste relatório e rebater as mentiras e calúnias propagadas pela comitiva parlamentar de abril.
- Realizar audiência com a Coordenação do Programa Território da Cidadania a fim de avaliar o grau de implementação da matriz de ações 2013 e propor a realização, no primeiro semestre de 2014, de uma plenária do território Raposa Serra do Sol e São Marcos, em Roraima, a fim de acelerar a implementação das ações previstas.

Brasília, DF, 17 de dezembro de 2013.

Dep. JANETE CAPIBERIBE

Dep. PADRE TON

Dep. RENATO SIMÕES

ANEXOS

Anexo I – Carta à Comissão de Meio Ambiente, da Câmara dos Deputados, das lideranças indígenas presentes na Reunião Ampliada do CIR, realizada no período de 03 a 05 de dezembro.

Anexo II – Carta da Comunidade Maturuca, de 08 de dezembro de 2013, em que apresentam o Projeto de Implantação do Ensino Médio Integrado Indígena, apresentado ao Governo de Roraima, em 2011.

Anexo III – Carta da Segunda Assembleia Regional dos Tuxauas da Região Surumu e dois ofícios da Associação Indígena Kuaikrî, contendo um conjunto de reivindicação nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e produção.

Anexo IV – Carta à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, assinada por 168 indígenas, em que expõem as principais reivindicações da comunidade do Centro Regional Lago Caracaranã.

Anexo V – Requerimento nº 255/13 – CMADS, requer a realização de visita de membros desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em conjunto com a Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Estado de Roraima, com a finalidade de averiguar as condições de vida dos povos indígenas que habitam a área cinco anos após a retirada dos ocupantes não indígenas.

Anexo VI – Slides da apresentação feita pelos indígenas em que expõem dados sobre a TI Raposa Serra do Sol.



Foto aérea que demonstra a recuperação das matas ciliares ao longo do rio Surumu.

Anexo I

Carta à Comissão de Meio Ambiente, da
Câmara dos Deputados, das lideranças
indígenas presentes na Reunião Ampliada
do CIR, realizada no período de 03 a 05 de
dezembro.

Anexo II

Carta da Comunidade Maturuca, de 08 de dezembro de 2013, em que apresentam o Projeto de Implantação do Ensino Médio Integrado Indígena, apresentado ao Governo de Roraima, em 2011.

Anexo III

Carta da Segunda Assembleia Regional dos Tuxauas da Região Surumu e dois ofícios da Associação Indígena Kuaikrí, contendo um conjunto de reivindicação nas áreas de saúde, educação, infraestrutura e produção.

Anexo IV

Carta à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, assinada por 168 indígenas, em que expõem as principais reivindicações da comunidade do Centro Regional Lago Caracaranã.

Anexo V

Requerimento nº 255/13 – CMADS, requer a realização de visita de membros desta Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em conjunto com a Frente Parlamentar de Defesa dos Povos Indígenas a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, Estado de Roraima, com a finalidade de averiguar as condições de vida dos povos indígenas que habitam a área cinco anos após a retirada dos ocupantes não indígenas.

Anexo VI

Slides da apresentação feita pelos indígenas
em que expõem dados sobre a TI Raposa
Serra do Sol.

Anexo VII

Projetos de lei, decretos e outros instrumentos legais relativos a direitos das populações indígenas (relação não exaustiva).